



Diário Oficial Eletrônico



Teresina (PI), Terça-Feira, 11 de dezembro de 2018 - Edição nº 228/2018

CONSELHEIROS

Olavo Rebêlo de Carvalho Filho
(Presidente)

Luciano Nunes Santos

Abelardo Pio Vilanova e Silva

Joaquim Kennedy Nogueira Barros

Waltânia Maria N. de S. Leal Alvarenga

Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins

Kleber Dantas Eulálio

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Jaylson Fabianh Lopes Campelo

Delano Carneiro da Cunha Câmara

Jackson Nobre Veras

Alisson Felipe de Araújo

PROCURADORES

Leandro Maciel do Nascimento
(Procurador-Geral)

José Araújo Pinheiro Júnior

Márcio André Madeira de Vasconcelos

Plínio Valente Ramos Neto

Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa

Secretária das Sessões

Gerusa Nunes Vilarinho Lira de Melo

Projeto Gráfico e Diagramação

José Luís Silva

TERESINA - PI Disponibilização: Segunda-feira, 10 de dezembro de 2018
Publicação: Terça-feira, 11 de dezembro de 2018.
(Resolução TCE/PI nº 18/11 de 11 de novembro de 2011)

SUMÁRIO

ATOS DA PRESIDÊNCIA.....	02
ACÓRDÃOS E PARECERES PRÉVIOS.....	05
DECISÕES MONOCRÁTICAS.....	09
PAUTAS DE JULGAMENTO	20

ACOMPANHE AS AÇÕES DO TCE-PIAUI



www.tce.pi.gov.br



<https://www.youtube.com/user/TCEPiaui>



www.facebook.com/tce.pi.gov.br



@Tcepi



tce_pi

Atos da Presidência

PORTARIA Nº 1153/18

PORTARIA Nº 1115/18

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais;
Considerando o que consta no Processo TC/ nº 002450/2018;
Considerando o art. da Lei nº 67, da Lei 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora MARIA VALÉRIA SANTOS LEAL, Matrícula nº 97.064-6, para exercer o encargo de Fiscal do Termo de Cooperação Técnica nº 002/2018, firmado entre a Associação Jurídica e Social do Piauí - AJUPI-PI e o Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI, por meio da Escola de Gestão e Controle, que tem como objeto a promoção de cursos, Seminários e Treinamentos.

Art. 2º Designar a servidora VALDIRA SOARES E SOARES, Matrícula nº 01.998-4, para exercer o encargo de Suplente de Fiscal do referido Acordo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 28 de novembro de 2018.

(assinado digitalmente)

Cons. **OLAVO REBELO DE CARVALHO FILHO**
Presidente do TCE/PI

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Memorando nº 018/2018, protocolado sob o nº 023100/2018;

Considerando que o recesso natalino do ano corrente ficou estabelecido para ocorrer no período de **20/12/2018 a 04/01/2019**, conforme Decisão Plenária nº 1.213/18-E,

RESOLVE:

Suspender o recesso natalino dos servidores abaixo relacionados, em razão de absoluta necessidade do serviço, ficando o mencionado período para gozo posterior:

Servidores	Período	Lotação
Daniel Douglas Seabra Leite	20/12/2018 a 04/01/2019	CRJ
Daniele de Almeida Silva	20/12/2018 a 04/01/2019	Gabinete de Conselheiro
Gilmar Lima Malta	20/12/2018 a 04/01/2019	Gabinete de Conselheiro
Liana Maria Lages de Lima	20/12/2018 a 04/01/2019	Gabinete de Conselheiro
Lihu da Cruz Marques	20/12/2018 a 04/01/2018	Gabinete de Conselheiro
Lorena Carvalho de Brito Elvas	20/12/2018 a 04/01/2019	Gabinete de Conselheiro

Publique-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 07 de dezembro de 2018.

(assinado digitalmente)

Cons. **OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO**
Presidente do TCE/PI

PORTARIA Nº 1155/18

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Memorando nº 019/2018, protocolado sob o nº 023100/2018;

Considerando que o recesso natalino do ano corrente ficou estabelecido para ocorrer no período de **20/12/2018 a 04/01/2019**, conforme Decisão Plenária nº 1.213/18-E,

RESOLVE:

Suspender o recesso natalino dos servidores abaixo relacionados, em razão de absoluta necessidade do serviço, ficando o mencionado período para gozo posterior:

1 - DFAE:

Servidores	Período
Ângela Vilarinho da Rocha Silva	20/12/18 a 04/01/19
Enrico Ramos de Moura Maggi	20/12/18 a 04/01/19
Geysa Elane Rodrigues de Carvalho Sá	20/12/18 a 08/01/19
Liana de Castro Melo	20/12/18 a 08/01/19

2 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA:

Servidores	Período
Ana Cristina Paiva Paraguaçu	20/12/18 a 04/01/19
Claudete Maria da Silva	22/12/18 a 04/01/19
Dariane Vieira da Silva Bezerra	20/12/18 a 04/01/19
Delmair Sousa e Silva Saffnauer	22/12/18 a 04/01/19
Domingos José Andrade	20/12/18 a 04/01/19
Francisco das Chagas Barros de Araújo	20/12/18 a 04/01/19
Jaqueline D' Arc do N. Barbosa	22/12/18 a 04/01/19

Jorge Félix dos Santos Filho	20/12/18 a 04/01/19
José Nilton Pereira dos Santos	22/12/18 a 04/01/19
Maria Dalvelina Rodrigues dos Reis Souza	22/12/18 a 04/01/19
Maria do Carmo de Carvalho Matos Santos	22/12/18 a 04/01/19
Manoel Francisco Ribeiro Neto	22/12/18 a 04/01/19
Rafael Silva Pierote	20/12/18 a 04/01/19

Publique-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 10 de dezembro de 2018.

(assinado digitalmente)

Cons. **OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO**
Presidente do TCE/PI

PORTARIA Nº 1156/18

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Memorando nº 018/2018 - GCJV, protocolado sob o nº 023135/2018;

Considerando que o recesso natalino do ano corrente ficou estabelecido para ocorrer no período de **20/12/2018 a 04/01/2019**, conforme Decisão Plenária nº 1.213/18-E,

RESOLVE:

Suspender o recesso natalino dos servidores abaixo relacionados, lotados no **Gabinete do Conselheiro Substituto Jackson Nobre Veras**, em razão de absoluta necessidade do serviço, ficando o mencionado período para gozo posterior:

Servidores	Matrícula	Período
Demerval de Lobão Veras	79.832-X	20/12/2018 a 04/01/2019
Taciano Holanda da Luz Filho	98.073-0	20/12/2018 a 04/01/2019

Publique-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 10 de dezembro de 2018.

(assinado digitalmente)

Cons. **OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO**
Presidente do TCE/PI

PORTARIA Nº 1158/2018

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Nº 7.155/2018, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí Nº 212, de 13 de novembro de 2018.

RESOLVE:

Nomear a servidora abaixo relacionada, na forma discriminada, no cargo em comissão do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Contas, a partir do dia 14/12/18, de acordo com os artigos 9º, I e 10, II, da Lei Complementar nº 13, de 03/01/94 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Piauí).

SÍMBOLO/CARGO	
TC-DAS-06	Consultor de Controle Externo
	Layana Oliveira Rufino Torres de Sá

Publique-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 10 de dezembro de 2018.

(assinado digitalmente)

Cons. **OLAVO REBELO DE CARVALHO FILHO**
Presidente do TCE/PI



SEJA UM CONTROLADOR SOCIAL

VOCÊ TAMBÉM PODE



#TCEFISCALIZA

#OUVIDORIATCE

#FIQUE DE OLHO

WWW.tce.pi.gov.br/ouvidoria
Email: ouvidoria@tce.pi.gov.br
Telefone: (86) 3215 3985

Acórdãos e Pareceres Prévios

PROCESSO TC/017059/2017.

ACÓRDÃO Nº 1.962/18

DECISÃO Nº 1.245/18.

TIPO: REPRESENTAÇÃO.

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO C/C MEDIDA CAUTELAR DE BLOQUEIO DE CONTAS – FUNDEF DE JUREMA (EXERCÍCIO DE 2017).

OBJETO: IRREGULARIDADES NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PRECATÓRIO DO FUNDEF.

REPRESENTANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ.

REPRESENTADO: ELDER DA ROCHA SOUZA - PREFEITO.

RELATOR: CONS. KLEBER DANTAS EULÁLIO.

PROCURADOR: RAÍSSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA.

EMENTA. DESPESA. DESBLOQUEIO DE RECURSOS DO FUNDEF COM AUTORIZAÇÃO DO TCE/PI (DECISÃO PLENÁRIA 1.729/16, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016). PROVA DE REGULARIDADE. PERDA DO OBJETO. ARQUIVAMENTO.

1. Quando há provas de regularidade na fonte de recursos e classificação funcional no Plano de Aplicação apresentado pelo gestor e obediência à Decisão do Tribunal, dá-se a perda do objeto com consequente arquivamento da representação.

Sumário: Representação – Prefeitura Municipal de Jurema/PI. Exercício 2017. Arquivamento. Decisão por maioria.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o relatório da I Divisão Técnica/DFAM (peça nº 23), o parecer do Ministério Público de Contas (peça nº 26), ratificado em Plenário no

sentido da suspensão da presente Representação, até decisão final do Tribunal de Contas da União sobre como devem ser aplicados os recursos oriundos de precatórios do FUNDEF, inclusive nos casos em que já foram utilizados para quitação de débito previdenciário, como é o caso do município de Jurema; a sustentação oral do advogado Uanderson Ferreira da Silva – OAB/PI nº 5.456, a manifestação em Sessão do Auditor de Controle Externo desta Corte, Gilson Soares de Araújo; e o mais que dos autos consta, decidiu o Plenário, por maioria, contrariando o parecer ministerial, pelo arquivamento da presente Representação, por perda do objeto, tendo em vista o desbloqueio e autorização pelo TCE/PI (Decisão nº 1.729/16, de 15 de dezembro de 2016) de uso dos recursos do FUNDEF para quitação de débitos previdenciários junto ao Regime Próprio de Previdência Municipal de Jurema/PI, em conformidade e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça nº 32). Vencido o Cons. Substituto Jackson Nobre Veras que votou, em consonância com o parecer ministerial, pela suspensão da presente Representação, até decisão final do Tribunal de Contas da União sobre como devem ser aplicados os recursos oriundos de precatórios do FUNDEF, inclusive nos casos em que já foram utilizados para quitação de débito previdenciário, como é o caso do município de Jurema.

Presentes os Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho (Presidente), Luciano Nunes Santos, Abelardo Pio Vilanova e Silva, Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Kleber Dantas Eulálio e os Cons. Substitutos Jaylson Fabianh Lopes Campelo, convocado para substituir, nesse processo, a Consª. Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga (ausente por motivo justificado), Jackson Nobre Veras, convocado para substituir a Consª. Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins (ausente por motivo justificado), Delano Carneiro da Cunha Câmara e Alisson Felipe de Araújo.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador-Geral Leandro Maciel do Nascimento.

Publique-se e Cumpra-se.

Sessão Plenária Ordinária nº 039 em Teresina, 22 de novembro de 2018.

(Assinado Digitalmente)
Cons. Kleber Dantas Eulálio - Relator.

PROCESSO: TC/001628/2018

ACÓRDÃO Nº 1.966/2018

DECISÃO nº 1.252/2018

ASSUNTO: Auditoria Concomitante – Secretaria de Desenvolvimento Econômico Tecnológico – SEDET, exercício de 2018.

INTERESSADO: Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

OBJETO: Verificar regularidade em procedimentos licitatórios.

RESPONSÁVEIS: José Icemar Lavor Neri – Secretário; Marileide Pedro da Silva – Presidente da CPL.

RELATOR: Cons. Subst. Delano Carneiro da Cunha Câmara.

PROCURADORA: Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa.

ADVOGADO(s): Marcus Vinícius Santos Spíndola Rodrigues – OAB/PI Nº 12.276 (Procuração à fl. 16 da peça nº 19).

EMENTA. LICITAÇÃO. AUDITORIA CONCOMITANTE.

- 1) Ausência de cadastro no sistema Licitações Web contrariando a Resolução TCE nº 26/2016.
- 2) Editais com cláusulas restritivas contrariando a Lei nº 8.666/93.

Sumário. Auditoria Concomitante – SEDET, exercício de 2016. Procedência e aplicação de multas aos responsáveis no valor de 400 UFR-PI. Apensamento do processo. Decisão unânime, em concordância com o parecer ministerial.

Síntese das impropriedades que permaneceram após o contraditório: a) Ausência de cadastro no sistema Licitações WEB com as especificações técnicas, planilhas de quantitativos e custos unitários, cronograma físico-financeiro – descumprimento dos arts. 2º, 44, 45 e 47 da Resolução TCE/PI nº 26/2016; b) Fracionamento indevido de licitações e c) Editais com cláusulas restritivas

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o relatório (peça nº 8) e a análise do contraditório (peça nº 23) da I Divisão Técnica/DFAE, o parecer do Ministério Público de Contas (pasta

nº 25), e o mais que dos autos consta, decidiu o Plenário, à unanimidade, em consonância com parecer ministerial, em conformidade e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça nº 30), nos seguintes termos: a) procedência do presente processo de Auditoria concomitante; b) aplicação de multas aos responsáveis, conforme previsto no art. 79, I e II, da Lei Estadual nº 5.888/2009, c/c art. 206, II e III, do Regimento Interno do TCE/PI, sendo no valor correspondente a 400 UFR-PI ao Sr. José Icemar Lavor Neri (Secretário da SEDET), e no valor correspondente a 400 UFR-PI à Srª. Marileide Pedro da Silva (presidente da CPL); c) apensamento do presente processo à prestação de contas do exercício de 2018 da SEDET.

Presentes os Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho (Presidente), Luciano Nunes Santos, Abelardo Pio Vilanova e Silva, Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, Kleber Dantas Eulálio e os Cons. Substitutos Jaylson Fabianh Lopes Campelo, convocado para substituir, nesse processo, o Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros (ausente por motivo justificado), Jackson Nobre Veras, convocado para substituir a Consª. Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins (ausente por motivo justificado), Delano Carneiro da Cunha Câmara e Alisson Felipe de Araújo.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador-Geral Leandro Maciel do Nascimento.

Publique-se e Cumpra-se.

Sessão Plenária Ordinária nº 039, em Teresina – PI, 22 de novembro de 2018.

(Assinado Digitalmente)

Cons. Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara - Relator

PROCESSO: TC/003193/2016

ACÓRDÃO Nº 1.967/2018

DECISÃO: 1.253/2018

ASSUNTO: Prestação de Contas Anual do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE-PI e do Fundo de Modernização do Tribunal de Contas - FMTC – Exercício de 2016;

RESPONSÁVEL: Luciano Nunes Santos – Presidente;

PERÍODO: 01/01/2016 a 31/12/2016

RELATOR: Delano Carneiro da Cunha Câmara;

PROCURADOR: José Araújo Pinheiro Junior;

EMENTA. PRESTAÇÃO DE CONTAS. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ-TCE/PI. FUNDO DE MODERNIZAÇÃO.

PROCESSO: TC/013283/2018

Sumário. Prestação de Contas. Julgamento de regularidade. Decisão unânime, em consonância com o parecer ministerial.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o relatório da I Divisão Técnica/DFAE (peça nº 5), a análise do contraditório da IV Divisão Técnica/DFAE (peça nº 15), o parecer do Ministério Público de Contas (peça nº 17), e o mais que dos autos consta, decidiu o Plenário unânime, em consonância com o parecer ministerial, conforme e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça nº 20): a) julgamento de Regularidade às contas de gestão do TCE-PI, na forma do art. 122, I, da Lei Estadual nº 5.888/09, atinente à gestão do Sr. Luciano Nunes Santos, exercício financeiro de 2016; b) Julgamento de Regularidade às contas de gestão do Fundo de Modernização do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – FMTC, relativas ao exercício de 2016, na forma do art. 122, I da Lei nº. 5.888/09; c) pela implementação das recomendações e sugestões elencadas pela divisão técnica.

Impedido de votar o Cons. Luciano Nunes Santos, por ser o gestor das contas em julgamento.

Presentes os Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho (Presidente), Luciano Nunes Santos, Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, Kleber Dantas Eulálio e os Cons. Substitutos Delano Carneiro da Cunha Câmara, convocado para substituir, nesse processo, o Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva (ausente por motivo justificado) e Jackson Nobre Veras, convocado para substituir a Consª. Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins (ausente por motivo justificado).

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador-Geral Leandro Maciel do Nascimento.

Publique-se e Cumpra-se.

Sessão Plenária Ordinária nº 39, em Teresina – PI, 22 de novembro de 2018.

(Assinado Digitalmente)

Cons. Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara - Relator

ACÓRDÃO Nº 1.968/2018

DECISÃO: 1.254/2018

ASSUNTO: Recurso de Reconsideração em relação à procedência da Denúncia nº TC/020251/2017;

RECORRENTE: Município de São Miguel do Tapuio – Prefeito Municipal;

RECORRIDO: Acórdão nº 883/18;

RELATOR: Delano Carneiro da Cunha Câmara;

PROCURADOR: José Araújo Pinheiro Junior;

ADVOGADO/s: Uanderson Ferreira da Silva – OAB/PI nº 5456 (Procuração à fl. 2 da peça nº 3).

EMENTA. RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. LICITAÇÃO. IRREGULARIDADES EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS (PREGÃO Nº 028/2017).

1. As inconsistências encontradas no Pregão Presencial nº 028/2017 contrariam o disposto na Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.502/02.

Sumário. Recurso. Conhecimento e provimento parcial. Redução da multa. Decisão unânime, em consonância com o parecer ministerial, pelo conhecimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o relatório da II Divisão Técnica/DFAM (peça nº 10), o parecer do Ministério Público de Contas (pasta nº 12), a sustentação oral do advogado e o mais que dos autos consta, decidiu o Plenário, à unanimidade, em consonância com o parecer ministerial, pelo conhecimento do presente Recurso de Reconsideração, por estarem presentes os pressupostos de admissibilidade, e no mérito, discordando do parecer ministerial, pelo provimento parcial, modificando-se o Acórdão nº 883/17, considerando-se, portanto, a denúncia como procedente parcialmente; e reduzindo a multa aplicada para 500 UFR-PI, nos termos do art. 79, I, da Lei nº 5.888/09, em conformidade e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça nº 15).

Presentes os Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho (Presidente), Luciano Nunes Santos, Abelardo

Pio Vilanova e Silva, Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, Kleber Dantas Eulálio e os Cons. Substitutos Jackson Nobre Veras, convocado para substituir a Consª. Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins (ausente por motivo justificado), Jaylson Fabianh Lopes Campelo, Delano Carneiro da Cunha Câmara e Alisson Felipe de Araújo.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador-Geral Leandro Maciel do Nascimento.

Publique-se e Cumpra-se.

Sessão Plenária Ordinária nº 39, em Teresina – PI, 22 de novembro de 2018.

(Assinado Digitalmente)

Cons. Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara - Relator

PROCESSO: TC/010352/2018

ACÓRDÃO Nº 1.969/2018

DECISÃO: 1.255/2018

ASSUNTO: Denúncia C/C Medida Cautelar sobre supostas irregularidades em procedimento licitatório – Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (Exercício de 2018).

INTERESSADO: Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

RESPONSÁVEIS: Igor Leonam Pinheiro Néri - Secretário e Marcos Bezerra da Silva - Sócio Administrador da NOVACON - Construções e Serviços de Edificações.

RELATOR: Delano Carneiro da Cunha Câmara.

PROCURADORA: Raíssa Maria Rezende De Deus Barbosa.

ADVOGADO(S): João Evangelista de Sena Júnior - OAB/PI nº 14.260 (Sem procuração); Carlos Washington Cronemberger Coelho - OAB/PI nº 701 (Procuração fl. 7 da peça nº 24); Pedro Henrique Alencar Rebelo Cruz Lima - OAB/PI nº 14.428 (Procuração à fl. 15 da peça nº 2)

EMENTA. DENÚNCIA. LICITAÇÃO. IRREGULARIDADES EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE.

1 . Anulação de ofício da licitação pelo gestor da Secretaria.

Sumário. Denúncia. Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico – SEDET. Arquivamento. Decisão unânime, divergindo do parecer ministerial.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o relatório da V Divisão Técnica/DFAE (peça nº 27), o parecer do Ministério Público de Contas (peça nº 30), e o mais que dos autos consta, decidiu o Plenário, à unanimidade, contrariando o parecer ministerial, pelo arquivamento da presente Denúncia, por perda do objeto, na forma do art. 402 do Regimento Interno desta Corte de Contas, nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça nº 35).

Presentes os Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho (Presidente), Luciano Nunes Santos, Abelardo Pio Vilanova e Silva, Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, Kleber Dantas Eulálio e os Cons. Substitutos Jaylson Fabianh Lopes Campelo, convocado para substituir, nesse processo, o Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros (ausente por motivo justificado), Jackson Nobre Veras, convocado para substituir a Consª. Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins (ausente por motivo justificado), Delano Carneiro da Cunha Câmara e Alisson Felipe de Araújo.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador-Geral Leandro Maciel do Nascimento.

Publique-se e Cumpra-se.

Sessão Plenária Ordinária nº 39, em Teresina – PI, 22 de novembro de 2018.

(Assinado Digitalmente)

Cons. Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara - Relator

Decisões Monocráticas

PROCESSO: TC nº 017663/2018

ASSUNTO: Aposentadoria por Tempo de Contribuição com Proventos Integrais

INTERESSADA: Eunice Maria da Cruz Oliveira

ÓRGÃO DE ORIGEM: Fundação Piauí Previdência

RELATOR: Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva

PROCURADORA: Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa

DECISÃO: nº 279/18 GAV

Trata o processo de ato de aposentadoria por tempo de contribuição com proventos integrais de interesse da servidora Eunice Maria da Cruz Oliveira, CPF nº 349.232.503-30, PIS/PASEP nº 19000819558, matrícula nº 1026291, detentor do cargo de Professor, 40 horas, Classe “SL”, Nível IV, lotada na Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Piauí – SEDUC, com fulcro no art. 6º, I, II, III e IV da EC nº 41/03, § 5º do art. 40 da CF/88.

Considerando a consonância do parecer ministerial (fls. 01/01 da peça 04) com a informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (fls. 01/03 da peça 03), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II c/c o art. 373 da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, julgar legal a Portaria nº 1136/2018 – PIAUÍ PREVIDÊNCIA (fl. 117 da peça 02), publicada no DOE nº 130, de 12/07/2018, concessiva de aposentadoria à requerente, nos termos do art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual e art. 2º da Lei nº 5.888/09 c/c o art. 197, II do Regimento Interno, autorizando o seu registro, com proventos mensais no valor de R\$ 3.536,18 (três mil, quinhentos e trinta e seis reais e dezoito centavos), conforme segue:

Discriminação de Proventos Mensais		
VERBA	FUNDAMENTAÇÃO	VALOR
VENCIMENTO	LC nº 71/06 c/c Lei nº 5.589/06 acrescentada pelo art. 3º, IV da Lei nº 7.081/17 c/c art. 1º da Lei nº 6.933/16.	R\$ 3.455,08
GRATIFICAÇÃO ADICIONAL	Art. 127 da LC nº 71/06	R\$ 81,10
PROVENTOS A ATRIBUIR		R\$ 3.536,18

Encaminhe-se à Secretaria da Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e

transcurso do prazo recursal e, em seguida, ao Arquivo do TCE/PI para as providências cabíveis e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Abelardo Pio Vilanova e Silva, em Teresina, 07 de dezembro de 2018.

(assinado digitalmente)

Cons. ABELARDO PIO VILANOVA E SILVA

Relator

PROCESSO: TC nº 016740/2018

ASSUNTO: Aposentadoria por Tempo de Contribuição com Proventos Integrais

INTERESSADA: Teresinha da Rocha Santana

ÓRGÃO DE ORIGEM: Fundação Piauí Previdência

RELATOR: Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva

PROCURADORA: Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa

DECISÃO: nº 280/18 GAV

Trata o processo de ato de aposentadoria por tempo de contribuição com proventos integrais de interesse da servidora Teresinha da Rocha Santana, CPF nº 199.094.463-91, PIS/PASEP nº 170003199260, matrícula nº 0782548, detentor do cargo de Professor, 40 horas, Classe “SE”, Nível I, lotada na Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Piauí – SEDUC, com fulcro no art. 6º, I, II, III e IV da EC nº 41/03.

Considerando a consonância do parecer ministerial (fls. 01/01 da peça 04) com a informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (fls. 01/03 da peça 03), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II c/c o art. 373 da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, julgar legal a Portaria nº 1442/2018 – PIAUÍ PREVIDÊNCIA (fl. 173 da peça 02), publicada no DOE nº 148, de 07/08/2018, concessiva de aposentadoria à requerente, nos termos do art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual e art. 2º da Lei nº 5.888/09 c/c o art. 197, II do Regimento Interno, autorizando o seu registro, com proventos mensais no valor de R\$ 3.676,17 (três mil, seiscentos e setenta e seis reais e dezessete centavos), conforme segue:

Discriminação de Proventos Mensais		
VERBA	FUNDAMENTAÇÃO	VALOR
VENCIMENTO	LC nº 71/06 c/c Lei nº 5.589/06 acrescentada pelo art. 3º, IV da Lei nº 7.081/17 c/c art. 1º da Lei nº 6.933/16.	R\$ 3.590,70
GRATIFICAÇÃO ADICIONAL	Art. 127 da LC nº 71/06	R\$ 85,47
PROVENTOS A ATRIBUIR		R\$ 3.676,17

Encaminhe-se à Secretaria da Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, ao Arquivo do TCE/PI para as providências cabíveis e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Abelardo Pio Vilanova e Silva, em Teresina, 07 de dezembro de 2018.

(assinado digitalmente)

Cons. ABELARDO PIO VILANOVA E SILVA
Relator

PROCESSO: TC nº 017517/2018

ASSUNTO: Aposentadoria por Tempo de Contribuição com Proventos Integrais

INTERESSADA: Adalgisa da Silva Marques

ÓRGÃO DE ORIGEM: Fundação Piauí Previdência

RELATOR: Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva

PROCURADORA: Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa

DECISÃO: nº 281/18 GAV

Trata o processo de ato de aposentadoria por tempo de contribuição com proventos integrais de interesse da servidora Adalgisa da Silva Marques, CPF nº 330.826.933-34, PIS/PASEP nº 17044423491, matrícula nº 0770060, detentor do cargo de Professor, 40 horas, Classe “SE”, Nível I, lotada na Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Piauí – SEDUC, com fulcro no art. 6º, I, II, III e IV da EC nº 41/03, § 5º do art. 40 da CF/88.

Considerando a consonância do parecer ministerial (fls. 01/01 da peça 04) com a informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (fls. 01/03 da peça 03), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II c/c o art. 373 da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, julgar legal a Portaria nº 1056/2018 – PIAUÍ PREVIDÊNCIA (fl. 217 da peça 02), publicada no DOE nº 153, de 14/08/2018, concessiva de aposentadoria à requerente, nos termos do art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual e art. 2º da Lei nº 5.888/09 c/c o art. 197, II do Regimento Interno, autorizando o seu registro, com proventos mensais no valor de R\$ 3.678,45 (três mil, seiscentos e setenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), conforme segue:

Discriminação de Proventos Mensais		
VERBA	FUNDAMENTAÇÃO	VALOR
VENCIMENTO	LC nº 71/06 c/c Lei nº 5.589/06 acrescentada pelo art. 3º, IV da Lei nº 7.081/17 c/c art. 1º da Lei nº 6.933/16.	R\$ 3.590,70
GRATIFICAÇÃO ADICIONAL	Art. 127 da LC nº 71/06	R\$ 87,75
PROVENTOS A ATRIBUIR		R\$ 3.678,45

Encaminhe-se à Secretaria da Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, ao Arquivo do TCE/PI para as providências cabíveis e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Abelardo Pio Vilanova e Silva, em Teresina, 07 de dezembro de 2018.

(assinado digitalmente)

Cons. ABELARDO PIO VILANOVA E SILVA
Relator

PROCESSO: TC nº 006640/2018

ASSUNTO: Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com Proventos Integrais

INTERESSADA: Marina Barbosa Torres Matos

ÓRGÃO DE ORIGEM: Fundo Previdenciário do Município de Valença do Piauí

RELATOR: Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva

PROCURADORA: Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa

DECISÃO: nº 282/18 GAV

Trata o processo de ato de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos integrais de interesse da servidora Marina Barbosa Torres Matos Maria, CPF nº 287.783.243-00, RG nº 953.271-PI, matrícula nº 2361-1, detentora do cargo de Professora, 40 horas, classe “A”, nível VI, do quadro de pessoal da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Valença do Piauí, com fulcro no art. 6º da EC nº 41/03 e art. 27 da Lei Municipal nº 1.254/17.

Considerando a consonância do parecer ministerial (fls. 01/01 da peça 04) com a informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (fls. 01/02 da peça 03), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II c/c o art. 373 da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, julgar legal a Portaria Valença-PREV nº 004/2018 (fls. 36 a 37 da peça 02), datada de 13/03/2018, publicada no DOM Edição MMMDXXXVIII do dia 19/03/2018, concessiva de aposentadoria à requerente, nos termos do art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual e art. 2º da Lei nº 5.888/09 c/c o art. 197, II do Regimento Interno, autorizando o seu registro, com proventos mensais no valor de R\$ 3.207,18 (três mil, duzentos e sete reais e dezoito centavos), conforme segue:

Discriminação de Proventos Mensais	
I – Vencimento, conforme Lei Municipal nº 1.122/2009 c/c Lei Municipal nº 1.273/2018.	R\$ 3.133,69
II – Regência nos termos do art. 69, da Lei Municipal nº 1.122/2009.	R\$ 73,49
III – TOTAL DA REMUNERAÇÃO DO CARGO EFETIVO	R\$ 3.207,18
PROVENTOS A RECEBER	
Vencimentos, conforme Lei Municipal nº 1.122/2009 c/c Lei Municipal nº 1.273/2018.	R\$ 3.133,69
Regência nos termos do art. 69, da Lei Municipal nº 1.122/2009.	R\$ 73,49
PROVENTOS A ATRIBUIR	R\$ 3.207,18

Encaminhe-se à Secretaria da Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, ao Arquivo do TCE/PI para as providências cabíveis e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Abelardo Pio Vilanova e Silva, em Teresina, 07 de dezembro de 2018.

(assinado digitalmente)
Cons. ABELARDO PIO VILANOVA E SILVA
Relator

PROCESSO: TC nº 018647/2017

ASSUNTO: Pensão Por Morte
INTERESSADA: Nathália Caroline de Maria Alves Lima
ÓRGÃO DE ORIGEM: Fundo Previdenciário do Município de Valença do Piauí
RELATOR: Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva
PROCURADORA: Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa
DECISÃO: nº 283/18 GAV

Trata o processo de ato de concessão de pensão por morte, requerida por Nathália Caroline de Maria Alves Lima, CPF nº 071.319.343-30, RG nº 3.882.863-PI, nascida em 05.03.98, na condição de filha menor, devido ao falecimento de sua genitora, a servidora Antônia Lucielma da Costa Lima, CPF nº 489.912.503-49, RG nº 1.276.096-PI, matrícula nº 12718-1, servidora ativa no cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação da Prefeitura de Valença do Piauí, falecida em 17.06.2017, com fulcro na LC nº 041/04 c/c EC nº 41/03, Lei Federal nº 8.213/91.

Considerando a consonância do parecer ministerial (fls.01/01 da peça 04) com a informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (fls.01/01 da peça 03), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno julgar legal a Portaria SEC/GOV nº 182/2017 (fls. 18 a 19 da peça 02), datada de 10.07.2017, publicada no DOM Edição MMCCCLXXIII de 13.07.2017, concessiva de benefício de Pensão Por Morte com os proventos, no valor de R\$ 3.437,34 (três mil, quatrocentos e trinta e sete reais e trinta e quatro centavos) autorizando o seu registro, nos termos do art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual, e art. 2º, da Lei nº 5.888/09 c/c art. 197, inciso IV do Regimento Interno, conforme segue:

Discriminação e Fundamentação Legal de Pensão por Morte	
I – Salário-Base (arts. 60,61 e 62 da Lei Municipal nº 1.112/09)	R\$ 2.298,80
II – Progressão Classe “C” (atr. 26, § 1º, I e II da Lei Municipal nº 1.112/09).	R\$ 556,30
III – Progressão nível IV (art. 27, §§ 1º e 2º com o art. 34 da Lei nº 1.112/90).	R\$ 450,04
IV – Aperfeiçoamento 4% (art. 26 c/c o art. 62 da Lei 1.112/09)	R\$ 132,20
TOTAL DOS PROVENTOS	R\$ 3.437,34

Encaminhe-se à Secretaria da Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, ao Arquivo do TCE/PI, para as providências cabíveis e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro do TCE/PI, Abelardo Pio Vilanova e Silva, em Teresina, 07 de dezembro de 2018.

(assinado digitalmente)
Cons. ABELARDO PIO VILANOVA E SILVA - Relator

Processo TC/022526/2018

Assunto: Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição com Proventos Integrais
 Interessado: José Ribamar Aires de Carvalho
 Órgão de origem: Fundação Piauí Previdência
 Relator: Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros
 Procurador: José Araújo Pinheiro Júnior
 Decisão Monocrática nº 365/2018 - GKB

Trata o presente processo de ato de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos integrais de interesse do servidor José Ribamar Aires de Carvalho, CPF nº 065.983.403-06, ocupante do cargo de Agente Técnico de Serviços, Classe II, Padrão “A”, matrícula nº 0082791, lotada na Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo – SETRE com arrimo no art. 6º, inciso I, II, III e IV da EC nº 41/03 cujos requisitos foram devidamente implementados.

Considerando a consonância da informação da Diretoria de Fiscalização dos Atos de Pessoal – DFAP (Peça 3), com o Parecer Ministerial (Peça 4), que constatarem que a interessada atendeu a todos os requisitos necessários para a efetivação do benefício DECIDO, com fundamento no art. 246, II, c/c o art. 373, da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, julgar legal a Portaria nº 2.307/2018 (Peça 2, fls. 158), publicada no Diário Oficial do Estado nº 190 de 09/10/2018, concessiva de aposentadoria a requerente com proventos compostos pelas seguintes parcelas: I- Vencimento, nos termos do Art. 38/04 da Lei nº 6.560/14, alterada pelo Art. 10, anexo IX da Lei nº 7.081/17 c/c art. 1º da Lei nº 6.933/16 no valor de R\$ 1.237,39; II- Gratificação Adicional, nos termos do art. 65, da LC nº 13/94, no valor de R\$ 43,20, totalizando o valor mensal de R\$ 1.280,59 (mil e duzentos e oitenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), autorizando o seu registro, nos termos do art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual e art. 2º da Lei nº 5.888/09 c/c o art. 197, inciso II, do Regimento Interno.

Encaminhem-se os autos à Segunda Câmara, para após a publicação desta Decisão, acompanhar o transcurso do prazo recursal e, em seguida, à GED para o devido arquivamento eletrônico e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros, em Teresina, 06 de dezembro de 2018.

(assinatura digitalizada)
 Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros
 Relator

Processo TC/020758/2018

Assunto: Pensão em razão do falecimento do segurado Francisco Raimundo de Almeida
 Interessada: Josefa Amélia da Silva Almeida
 Órgão de origem: Fundação Piauí Previdência
 Relator: Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros
 Procurador: José Araújo Pinheiro Júnior
 Decisão Monocrática nº 367/2018 – GKB.

Trata o presente processo de Pensão por Morte de interesse de Josefa Amélia da Silva Almeida, CPF nº 184.604.023-04, RG nº 2.031.872-PI, devido ao falecimento de seu esposo, Francisco Raimundo de Almeida, CPF nº 047.858.943-34, RG nº 1.129.329-PE, servidor inativo do quadro de pessoal da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, no cargo de Técnico da Fazenda Estadual, Classe Especial, Referência “B”, ocorrido em 09/09/14, com fundamento na Lei Complementar nº 13/94, com redação dada pela Lei nº 6.743/2015, combinado com a Lei Complementar nº 40/2004, Lei 8.213/1991 e art. 40, § 7º, I, da CF/88, com redação dada pela Ementa Constitucional nº 41/2003. Ato publicado no Diário Oficial do Estado nº 193, de 15/10/2018.

Considerando a consonância da Informação da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal (Peça 3), com o Parecer Ministerial (Peça 4), que atestaram a regularidade da instrução e o direito da requerente, DECIDO, com fundamento no art. 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, julgar legal a Portaria nº 2437/2018, de 31 de agosto de 2018 (Peça 2, fls. 64/65), concessiva de pensão por morte a cônjuge sobrevivente, com os proventos compostos pelas seguintes parcelas: a) Vencimento (R\$ 4.969,47 – Lei nº 6.410/13). Com o desconto de R\$ 173,70, previsto no art. 40, § 7º da CF/88, totalizando o valor mensal de R\$ 4.795,70 (quatro mil, setecentos e noventa e cinco reais e setenta centavos), autorizando o seu registro, nos termos do art. 86, III, “b” da Constituição Estadual e art. 2º da Lei nº 5.888/09 c/c o art. 197, inciso IV, a, do Regimento Interno.

Encaminhem-se os autos à Segunda Câmara, para após a publicação desta Decisão, acompanhar o transcurso do prazo recursal e, em seguida, à GED para o devido arquivamento eletrônico e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros, em Teresina, 06 de dezembro de 2018.

(Assinatura Digitalizada)
 Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros
 Relator

Processo: TC nº 001148/18

Assunto: Admissão de Pessoal

Órgão de Origem: Prefeitura Municipal de Santa Rosa

Interessado: Veríssimo Antônio Siqueira da Silva

Procurador: Márcio Andre Madeira de Vasconcelos

Relatora: Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins.

Decisão nº 325/18 - GLM

Tratam os presentes autos de admissão de pessoal relativos à análise do Edital de Concurso Público nº 01/2018, da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Piauí, destinado à contratação temporária de pessoal e dos atos de admissão decorrentes, com vistas ao registro pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí, nos termos do art. 86, III, “a”, da Constituição Estadual do Piauí e nos termos do art. 4º da resolução do TCE nº 907/09.

Consultando as informações constantes nos autos, verifica-se que o Gestor encaminhou o Decreto nº 306/2018 cancelando o processo Seletivo nº 01/2018, publicado no Diário dos Municípios em 19/02/2018. Desta forma, DECIDO ARQUIVAR o presente processo, em razão da inexistência do objeto de discussão que fora cancelado. Considerando o descumprimento de diligência solicitada ao Gestor para inserção do Decreto de Cancelado no Sistema RHWeb aplico multa de 500UFR com base no art.79, III da Lei Orgânica desta Corte.

Gabinete da Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, em Teresina, 23 de novembro de 2018.

(assinado digitalmente)
Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins
Conselheira Relatora

Processo: TC Nº 016083/2018

Assunto: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS

Interessado(a): FRANCISCA PEREIRA DE CARVALHO

Procedência: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA.

Relator: CONSELHEIRO KLEBER DANTAS EULÁLIO

Procurador: RAISSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA
DECISÃO 267/18 – GKE

Trata-se de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com Proventos Integrais, concedida à servidora FRANCISCA PEREIRA DE CARVALHO, CPF nº 273.996.723-34, ocupante do cargo de Professora, 40 horas, Classe “SE”, Nível “I”, matrícula nº 0704369, do quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Piauí, Ato Concessório publicado no D.O.E., edição 132, de 16 de julho de 2018 (Peça 02, fl. 188).

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03) com o Parecer Ministerial nº 2018RA0741 (Peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução 13/11 – Regimento Interno julgar legal a Portaria nº 1024/2018 de 09 de maio de 2018 (Peça 02, fls. 184), concessiva da aposentadoria ao requerente, nos termos do Art. 6º, I, II, III e IV da EC nº 41/2003, c/c §5º do art. 40 da CF/88, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II do Regimento Interno, com proventos mensais no valor de R\$ 3.672,60 (três mil, seiscentos e setenta e dois reais e sessenta centavos), conforme segue:

DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS MENSAIS	
I – Vencimento (LC nº 71/06 c/c Lei nº 5.589/06, acrescentada pelo art. 3º, anexo IV da Lei nº 7.081/17 c/c art. 1º da Lei nº 6.933/16).	R\$ 3.590,70
II – Gratificação Adicional (art. 127 da LC nº 71/06).	R\$ 81,90
PROVENTOS A ATRIBUIR	R\$ 3.672,60

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao GED para a devida digitalização e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Kleber Dantas Eulálio, em Teresina, 06 de dezembro de 2018.

(assinado digitalmente pelo sistema e-TCE)
KLEBER DANTAS EULÁLIO - Conselheiro Relator

Processo: TC/002941/2018.

Assunto: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS.

Interessado: FRANCISCO ROOSEVELT FERREIRA GOMES - CPF: 156.403.293-00.

Procedência: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA.

Relator: JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO.

Procurador: JOSÉ ARAÚJO PINHEIRO JÚNIOR

Decisão Nº. 330/18 – GJC (Republicação)

Trata-se de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com Proventos Integrais, regra de transição EC Nº. 47/05, concedida ao servidor Francisco Roosevelt Ferreira Gomes, CPF Nº. 156.403.293-00, RG Nº. 295.618-PI, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo, PL-ATL-N, Matrícula Nº. 0573, do quadro de pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí-PI, com fundamento no art. 3º da EC Nº. 47/05. Publicação no DOE Nº. 15, de 22-01-2018.

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03) com o Parecer Ministerial Nº. 2018JA0761 (Peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução 13/11 – Regimento Interno julgar legal o Ato da Mesa Nº. 404/2017, de 16-10-2017, (fls. 63 da Peça 02), concessiva da aposentadoria ao requerente, nos termos o art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II do Regimento Interno, com proventos mensais no valor de R\$6.184,46 (seis mil, cento e oitenta e quatro reais e quarenta e seis centavos), conforme segue:

DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS MENSAIS	
Salário-Base (R\$ 2.494,61 – Lei Nº. 5.726/08, modificada pela Lei Nº. 6.388/13 e pela Lei Nº. 6.468/13)	R\$2.494,61
Vantagem Pessoal - arts. 11 e 26 da Lei Nº. 5.726/08, modificada pela Lei Nº. 6.388/13 e Lei Nº. 6.468/13)	R\$ 3.689,85
PROVENTOS A ATRIBUIR	R\$ 6.184,46

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao GED para a devida digitalização e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, em Teresina, 03 de dezembro de 2018.

(assinado digitalmente)

JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO - RELATOR

Processo: TC/022303/2018.

Assunto: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

Interessada: MARIA FERREIRA DOS REIS SANTOS – CPF: 152.231.403-20.

Procedência: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA.

Relator: JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO.

Procurador: JOSÉ ARAÚJO PINHEIRO JÚNIOR.

Decisão nº 336/18 – GJC.

Trata-se de APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO concedida à servidora MARIA FERREIRA DOS REIS SANTOS CPF nº 152.231.403-20, ocupante do cargo de Agente Operacional de Serviços, Classe III, Padrão “D”, matrícula nº 076932X, lotada na Secretaria de Estado da Educação - SEDUC com arrimo no art. 6º, inciso I, II, III e IV da EC nº 41/03 cujos requisitos foram devidamente implementados. O Ato Concessório foi publicado no D.O.E. Nº 200, de 25 de outubro de 2018.

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (peça 03) com o Parecer Ministerial nº 2018JA0775 (peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução 13/11 – Regimento Interno julgar legal a PORTARIA Nº 2618/2018 – PIAUÍ PREVIDÊNCIA, de 20 de outubro de 2018 (fl. 114 da peça 02), concessiva da aposentadoria à requerente, nos termos o art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II do Regimento Interno, com proventos mensais no valor de R\$ 1.159,37 (um mil, cento e cinquenta e nove reais e trinta e sete centavos), conforme segue:

DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS MENSAIS	
Vencimento (art. 25 da LC Nº 71/06 c/c art. 2º, II da Lei Nº 7.133/18 c/c art. 1º da Lei Nº 6.933/16).	R\$ 1.123,37
Vantagens Remuneratórias (Conforme Lei Complementar nº 33/03)	
Gratificação Adicional (Art. 65 da LC Nº 13/94).	R\$ 36,00
PROVENTOS A ATRIBUIR	R\$ 1.159,37

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao GED para a devida digitalização e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, em Teresina, 07 de dezembro de 2018.

(assinado digitalmente)

JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO - RELATOR -

**DECISÃO Nº 336/2018 GDC
- MEDIDA CAUTELAR -**

DOCUMENTO Nº 022542/2018

ASSUNTO: Medida Cautelar de suspensão de Obras em razão da de possíveis irregularidades ocorridas na fase de julgamento da Tomada de Preços 11/2018, para escolha da melhor proposta visando à pavimentação de ruas do Município de Caridade do Piauí.

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí, exercício de 2018

INTERESSADOS: Antoniel de Sousa Silva – Prefeito Municipal

Josaelton de Sousa Silva – Pregoeiro/CPL

Construtora Santa Inês Ltda – EPP CNPJ 02.528.908/0001-06

RELATOR: Cons. Subs. Delano Carneiro da Cunha Câmara

PROCURADOR: Plínio Valente Ramos Neto

1 RELATÓRIO

Tratam os presentes relatório sobre Nota de Alerta oriunda de mensagem 578/2018 da Ouvidoria deste Tribunal, acerca de possíveis irregularidades ocorridas na fase de julgamento da Tomada de Preços 11/2018, para escolha da melhor proposta visando à pavimentação de ruas do Município de Caridade do Piauí.

A nota de alerta foi encaminhada a Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal - DFAM – Subsele de Picos, a qual elaborou o seu relatório, conforme RELDEN- 2/2018. Esta diretoria realizou o pedido de medida cautelar e concluiu da seguinte forma:

PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR – URGENTE
 Senhor Relator, considerando que houve afronta ao Artigo supramencionado ao não conceder os prazos previstos na Lei 8.666/1993, e considerando que o TCE-PI tem jurisdição sobre a matéria, haja vista, houve a contrapartida com recursos Municipais no valor de R\$ 2.900,00 (Dois mil e novecentos reais), solicitamos que seja tomada medida cautelar de forma urgente, declarando a nulidade da fase de julgamento das propostas da Tomada de Preços 011/2018 e consequentemente, a suspensão do Contrato.
 Sugerimos aplicação de multa ao Gestor do Município de Caridade do Piauí e ao Presidente da Comissão de Licitações pelas irregularidades cometidas.
 Solicitamos ainda, que seja efetuada a comunicação aos órgãos de Controle Interno e Externo do Poder

Executivo Federal, no caso a CGU – Controladoria Geral da União e ao TCU – Tribunal de Contas da União, respectivamente.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, recomendamos o conhecimento da presente denúncia, para, no mérito, torna-la procedente, com pedido de Medida Cautelar em caráter de urgência e aplicação de multa.

Diante do trabalho aqui relatado, a Subsele de Picos considera o presente Processo em condições de ser submetido à apreciação superior e coloca-se à disposição do Senhor Relator, Conselheiro Delano Carneiro da Cunha Câmara e do Procurador de Contas, Senhor Plínio Valente Ramos Neto, para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

É, em síntese, o relatório.

2 FUNDAMENTAÇÃO

Diante dos fundamentos trazidos na informação da DFAM, com respaldo no receio de grave lesão ao erário ou a direito alheio, ou risco de ineficácia da decisão de mérito, e estando presentes os requisitos do fumus boni juris e do periculum in mora, verifica-se a possibilidade de decretação de MEDIDA CAUTELAR sem a prévia oitiva da parte de acordo com a previsão do art. 87 da Lei nº 5.888/09, que diz:

Art. 87. O Relator ou o Plenário, em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário ou a direito alheio, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, poderá, de ofício ou mediante provocação, adotar medida cautelar, com ou sem a prévia oitiva da parte, determinando, entre outras providências, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada. (Destaquei).

Ante a Nota de Alerta, encontra-se presente o periculum in mora, haja vista que, segundo o relatório, resta comprovado que o obra, no valor de R\$ 2.083.260,44, pode se iniciar tendo em vista que já houve a celebração do Contrato 067/2018 com a empresa Construtora Santa Inês Limitada0 EPP, CPNJ: EPP-CNPJ: 02.528.908/0001-06, para a pavimentação de vias públicas, foi publicado no Diário Oficial dos Municípios

em 28 de Novembro de 2018 na edição MMMDCCIX, página 41. O fumus boni juris é verificado quando se observa o descumprimento do art. 109, inciso I, "b", da Lei de Licitações.

A seguir citam-se as constatações realizadas pela DFAM.

DESCUMPRIMENTO DO PRAZO LEGAL PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS - FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

A ATA do julgamento das propostas foi assinada no dia 23 de Novembro de 2018 e publicada no Diário Oficial dos Municípios somente no dia 27 de Novembro de 2018, edição MMMDCCIX, página 59.

A Lei de licitações em seu Artigo 109, Inciso I, "b" (transcrito a seguir), determina o prazo de cinco dias úteis para a interposição de recursos, contados do julgamento das propostas.

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

b) julgamento das propostas;

Pela leitura do dispositivo citado, verifica-se que o prazo para a interposição de recursos pelos licitantes que tiveram suas propostas desclassificadas, era até o dia 30 de Novembro de 2018.

DA ASSINATURA DO CONTRATO

O Extrato do Contrato 067/2018 referente ao Processo 053/2018 – Tomada de Preços 011/2018, no valor de R\$ 2.083.260,44 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí e a licitante vencedora do certame - Construtora Santa Inês Limitada-EPP- CNPJ: 02.528.908/0001-06, para a pavimentação de vias públicas, foi publicado no Diário Oficial dos Municípios em 28 de Novembro de 2018 na edição MMMDCCIX, página 41.

Assim, verifica-se o descumprimento do Artigo supramencionado, ao não conceder prazo legal aos interessados para a interposição de recursos administrativos contra a ATA que desclassificou

as propostas de preços das Empresas: Construtora Escada – CNPJ: 10.531.423/0001-91; Geraldo e Gerla Construções Limitada – CNPJ: 12.388.407/0001-52; AG da Silva Filho Locações de Veículos e Construções ME – CNPJ: 09.089.067/0001-19; Vale Top Construtora Limitada – ME – CNPJ: 20.001.546/0001-74 e Roma Construtora Eireli – ME – CNPJ: 21.725.552/0001-37.

3 DA DECISÃO

Diante do exposto, considerando o fundado receio de grave lesão ao erário e estando claramente presentes os requisitos do fumus boni juris e do periculum in mora, CONCEDO A MEDIDA CAUTELAR, sem a oitiva da parte, nos seguintes termos:

a) Adoção de MEDIDA ACAUTELATÓRIA, sem oitiva da parte, com fulcro no art. 87 da Lei nº 5.888/2009 (Lei Orgânica do TCE-PI) e art. 450 do RITCE-PI (Resolução TCE-PI nº 13/2011), determinando à Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí a SUSPENDA a execução do Contrato 067/2018, referente ao Processo 053/2018 – Tomada de Preços 011/2018, no valor de R\$ 2.083.260,44, celebrado com licitante vencedora do certame - Construtora Santa Inês Limitada-EPP-CNPJ: 02.528.908/0001-06, para a pavimentação de vias públicas, publicado no Diário Oficial dos Municípios em 28 de Novembro de 2018 na edição MMMDCCIX, página 41.

b) O descumprimento desta medida cautelar enseja a aplicação de multa de 5% do valor do contrato ao Prefeito Municipal, Sr. Antoniel de Sousa Silva, na forma como estabelece o art. 206, I e II, do Regimento Interno.

c) Encaminhem-se os autos à Secretaria das Sessões, para fins de publicação desta decisão e inclusão na Sessão Plenária seguinte para homologação, com base no art. 87, §2º, da Lei Orgânica do TCE/PI, e art. 451 do Regimento Interno do TCE/PI.

d) Posteriormente, que os autos sejam remetidos à Comunicação Processual para que, seja autuado o documento com DENÚNCIA e, posteriormente, que seja executada a CITAÇÃO, através dos serviços da Empresa de Correios e Telégrafos, com Aviso de Recebimento – AR, Sr. Exmo. Senhor Prefeito, Antoniel de Sousa Silva, e o Sr. Josaelton de Sousa Silva – Pregroeiro/CPL, para que tome ciência do documento e relatório da DFAM, objeto da medida cautelar, apresentando os esclarecimento e documentação e que entendam necessários, durante o prazo de 15 (quinze) dias úteis, improrrogáveis, contados da juntada do AR aos autos do aludido processo, quanto a todas as ocorrências relatadas ou o quanto antes, conforme art. 5º, LV, da Constituição da República; art. 74, § 1º, art. 86 ss, art. 100 e art. 141 da Lei Orgânica do TCE-PI (Lei Estadual nº 5.888/09); e art. 186, 237, 238, IV, 242, I, e 275, § 1º, do RITCE-PI (Resolução TCE-PI nº 13/2011).

e) CIENTIFICAÇÃO da Construtora Santa Inês Ltda – EPP CNPJ 02.528.908/0001-06 para que tome ciência

do documento e relatório da DFAM, objeto da medida cautelar.

Teresina (PI), 10 de dezembro de 2018.

(Assinado digitalmente)
Delano Carneiro da Cunha Câmara
Conselheiro Substituto - Relator

PROCESSO: TC nº. 022.067/18

ATO PROCESSUAL: DM nº. 184/2018 - A_p

ASSUNTO: Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição com Proventos Integrais

ATO SUBMETIDO À APRECIACÃO: Portaria nº. 2.574/2018, de 08/10/2018.

ÓRGÃO/ENTIDADE DE ORIGEM: Fundação Piauí Previdência

RELATOR: Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo

PROCURADOR: Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa

ADVOGADO: Sem representação nos autos

INTERESSADO: Sr^a. Solange Fagundes da Silva Santos

Apreciação de legalidade de ato sujeito a registro.
Análise técnica circunstanciada. REGISTRO do ato concessório de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição com Proventos Integrais da Sr^a. Solange Fagundes da Silva Santos.

1. RELATÓRIO

Trata-se de apreciação da legalidade de ato concessório de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição com Proventos Integrais da Sr^a. Solange Fagundes da Silva Santos, CPF nº. 350.685.403-82, matrícula nº. 0762393, ocupante do Cargo de Agente Operacional de Serviços, Classe “III”, Padrão “D”, do quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Piauí.

O processo de fiscalização sub examine, regularmente autuado, foi encaminhado à Divisão de Aposentadorias e Pensões - unidade técnica da Secretaria do Tribunal responsável pela instrução dos processos de apreciação de legalidade de atos sujeitos a registro.

Em sua análise, a Divisão de Aposentadorias e Pensões informou, inicialmente, que o caderno

processual atendeu ao disposto na Resolução TCE nº 2.782/96. Informou, ainda, o direito da requerente e a exatidão dos cálculos das parcelas que compõem os proventos da aposentadoria referente ao benefício pleiteado, conforme consta do relatório de instrução.

Concluída a instrução, o processo de fiscalização foi encaminhado ao Ministério Público de Contas que, após análise, opinou, mediante parecer, pelo registro do ato concessório da aposentadoria, face à observância dos requisitos legais necessários à fruição do benefício e à inexistência de vícios que impeçam sua concessão.

É, em síntese, o relatório.

2. DECISÃO MONOCRÁTICA

A apreciação pela Corte de Contas Estadual, dos atos de admissão de pessoal, de concessão de aposentadoria, reforma ou transferência para reserva remunerada, de concessão de pensão e de revisão de proventos, nos termos do art. 86, III, da Constituição Estadual c/c art. 2º, IV, da Lei Estadual nº. 5.888/09, constitui-se numa deliberação de natureza técnica com finalidade de analisar, no exercício da função fiscalizadora, a legalidade atos administrativos supracitados.

A análise do ato concessório da aposentadoria abrange a comprovação do direito do interessado, por meio do atendimento dos requisitos necessários, bem como a verificação da legalidade das parcelas componentes dos proventos concedidos.

A interessada demonstrou o implemento do requisito necessário à obtenção do benefício. Por esse motivo, tem o direito à aposentadoria voluntária por tempo de contribuição com proventos integrais, a qual possui fundamento no art. 6º, I, II, III e IV da Ec. nº 41/03.

Demonstrado o direito à aposentadoria, resta a análise das parcelas que compõem os proventos, que se acham constituídas dos valores inerentes à remuneração do cargo efetivo.

Conforme consta do Ato concessório - Portaria nº. 2.574/2018, expedida em oito de outubro de dois mil e dezoito, publicada no DO nº. 200 de vinte e cinco de outubro de dois mil e dezoito, os proventos da aposentadoria correspondem R\$ 1.144,97 (um mil, cento e quarenta e quatro reais e noventa e sete centavos) mensais, compostos pelas seguintes parcelas: a) Vencimento R\$ 1.123,37 (Lei Complementar nº. 71/06 c/c Lei nº. 7.133/18), b) Gratificação Adicional R\$ 21,60 (Lei Complementar nº. 13/94).

Tal composição obedece aos dispositivos legais que regem a matéria, mormente os diplomas supramencionados, inexistindo, dessa forma, erro nos cálculos efetuados.

Ante o exposto, Decido, nos termos do art. 23, da Lei Estadual nº. 5.888/09 c/c os arts. 197, II; 372, II e 373, § 1º, da Resolução TCE-PI nº. 13/11 (RI TCE-PI), e em consonância com o Parecer do Ministério Público de Contas, julgar legal e autorizar o registro do ato que concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição com Proventos Integrais - Portaria nº. 2.574/2018 - no valor mensal de R\$ 1.144,97 (um mil, cento e quarenta e quatro reais e noventa e sete centavos) mensais à Srª. Solange Fagundes da Silva Santos, CPF nº. 350.685.403-82, matrícula nº. 0762393, ocupante do Cargo de Agente Operacional de Serviços, Classe “III”, Padrão “D”, do quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Piauí.

Adote, a Secretaria da Segunda Câmara, as seguintes providências:

- ✓ Proceder à publicação da Decisão Monocrática;
- ✓ Aguardar prazo recursal;
- ✓ Encerrar a tramitação processual.

Tribunal de Contas do Estado do Piauí, Gabinete do Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo, em Teresina - PI, seis de dezembro de dois mil e dezoito.

ASSINADO DIGITALMENTE
Conselheiro-Substituto Alisson F. de Araújo
Relator

PROCESSO: TC nº. 021.951/18

ATO PROCESSUAL: DM nº. 182/2018 - A_p
ASSUNTO: Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição com Proventos Integrais
ATO SUBMETIDO À APRECIÇÃO: Portaria nº. 2.691/2018, de 04/10/2018.
ÓRGÃO/ENTIDADE DE ORIGEM: Fundação Piauí Previdência
RELATOR: Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo
PROCURADOR: Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa
ADVOGADO: Sem representação nos autos
INTERESSADO: Srª. Odília Gonçalves Sousa

Apreciação de legalidade de ato sujeito a registro.
Análise técnica circunstanciada. REGISTRO do ato concessório de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição com Proventos Integrais da Srª. Odília Gonçalves Sousa.

1. RELATÓRIO

Trata-se de apreciação da legalidade de ato concessório de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição com Proventos Integrais da Srª. Odília Gonçalves Sousa, CPF nº. 233.160.803-25, matrícula nº. 0746797, ocupante do Cargo de Agente Técnico de Serviços, Classe “III”, Padrão “E”, do quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Piauí.

O processo de fiscalização sub examine, regularmente autuado, foi encaminhado à Divisão de Aposentadorias e Pensões - unidade técnica da Secretaria do Tribunal responsável pela instrução dos processos de apreciação de legalidade de atos sujeitos a registro.

Em sua análise, a Divisão de Aposentadorias e Pensões informou, inicialmente, que o caderno processual atendeu ao disposto na Resolução TCE nº 2.782/96. Informou, ainda, o direito da requerente e a exatidão dos cálculos das parcelas que compõem os proventos da aposentadoria referente ao benefício pleiteado, conforme consta do relatório de instrução.

Concluída a instrução, o processo de fiscalização foi encaminhado ao Ministério Público de Contas que, após análise, opinou, mediante parecer, pelo registro do ato concessório da aposentadoria, face à observância dos requisitos legais necessários à fruição do benefício e à inexistência de vícios que impeçam sua concessão.

É, em síntese, o relatório.

2. DECISÃO MONOCRÁTICA

A apreciação pela Corte de Contas Estadual, dos atos de admissão de pessoal, de concessão de aposentadoria, reforma ou transferência para reserva remunerada, de concessão de pensão e de revisão de proventos, nos termos do art. 86, III, da Constituição Estadual c/c art. 2º, IV, da Lei Estadual nº. 5.888/09, constituiu-se numa deliberação de natureza técnica com finalidade de analisar, no exercício da função fiscalizadora, a legalidade atos administrativos supracitados.

A análise do ato concessório da aposentadoria abrange a comprovação do direito do interessado, por meio do atendimento dos requisitos necessários, bem como a verificação da legalidade das parcelas componentes dos proventos concedidos.

A interessada demonstrou o implemento do requisito necessário à obtenção do benefício. Por esse motivo, tem o direito à aposentadoria voluntária por tempo de contribuição com proventos integrais, a qual possui fundamento no art. 6º, I, II, III e IV da Ec. nº 41/03.

Demonstrado o direito à aposentadoria, resta a análise das parcelas que compõem os proventos, que se acham constituídas dos valores inerentes à remuneração do cargo efetivo.

Conforme consta do Ato concessório - Portaria nº. 2.691/2018, expedida em quatro de outubro de dois mil e dezoito, publicada no DO nº. 205 de primeiro de novembro de dois mil e dezoito, os proventos da aposentadoria correspondem R\$ 1.310,19 (um mil, trezentos e dez reais e dezenove centavos) mensais, compostos pelas seguintes parcelas: a) Vencimento R\$ 1.273,89 (Lei Complementar nº. 71/06 c/c Lei nº. 7.133/18), b) Gratificação Adicional R\$ 36,30 (Lei Complementar nº. 13/94).

Tal composição obedece aos dispositivos legais que regem a matéria, mormente os diplomas supramencionados, inexistindo, dessa forma, erro nos cálculos efetuados.

Ante o exposto, Decido, nos termos do art. 23, da Lei Estadual nº. 5.888/09 c/c os arts. 197, II; 372, II e 373, § 1º, da Resolução TCE-PI nº. 13/11 (RI TCE-PI), e em consonância com o Parecer do Ministério Público de Contas, julgar legal e autorizar o registro do ato que concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição com Proventos Integrais - Portaria nº. 2.691/2018 - no valor mensal de R\$ 1.310,19 (um mil, trezentos e dez reais e dezenove centavos) mensais à Srª. Odília Gonçalves Sousa, CPF nº. 233.160.803-25, matrícula nº. 0746797, ocupante do Cargo de Agente Técnico de Serviços, Classe “III”, Padrão “E”, do quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Piauí.

Adote, a Secretaria da Segunda Câmara, as seguintes providências:

- ✓ Proceder à publicação da Decisão Monocrática;
- ✓ Aguardar prazo recursal;
- ✓ Encerrar a tramitação processual.

Tribunal de Contas do Estado do Piauí, Gabinete do Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo, em Teresina - PI, cinco de dezembro de dois mil e dezoito.

ASSINADO DIGITALMENTE
Conselheiro-Substituto Alisson F. de Araújo
Relator

PROCESSO: TC nº. 024.757/17

ATO PROCESSUAL: DM nº. 183/2018 - A_p

ASSUNTO: Aposentadoria por Idade

ATO SUBMETIDO À APRECIÇÃO: Portaria nº. 139/2017, de 02/10/2017.

ÓRGÃO/ENTIDADE DE ORIGEM: Prefeitura Municipal de Redenção do Gurgueia

RELATOR: Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo

PROCURADOR: Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa

ADVOGADO: Sem representação nos autos

INTERESSADO: Srª. Delma Duarte Paraguai Vogado

Apreciação de legalidade de ato sujeito a registro.
Análise técnica circunstanciada. REGISTRO do
ato concessório de Aposentadoria por Idade da Srª.
Delma Duarte Paraguai Vogado.

1. RELATÓRIO

Trata-se de apreciação da legalidade de ato concessório de Aposentadoria por Idade da Srª. Delma Duarte Paraguai Vogado, CPF nº. 275.998.763-91, matrícula nº. 217-1, ocupante do Cargo de Professora, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Redenção do Gurgueia.

O processo de fiscalização sub examine, regularmente autuado, foi encaminhado à Divisão de Aposentadorias e Pensões - unidade técnica da Secretaria do Tribunal responsável pela instrução dos processos de apreciação de legalidade de atos sujeitos a registro.

Em sua análise, a Divisão de Aposentadorias e Pensões informou, inicialmente, que o caderno processual atendeu ao disposto na Resolução TCE nº 2.782/96. Informou, ainda, o direito da requerente e a exatidão dos cálculos das parcelas que compõem os proventos da aposentadoria referente ao benefício pleiteado, conforme consta do relatório de instrução.

Concluída a instrução, o processo de fiscalização foi encaminhado ao Ministério Público de Contas que, após análise, opinou, mediante parecer, pelo registro do ato concessório da aposentadoria, face à observância dos requisitos legais necessários à fruição do benefício e à inexistência de vícios que impeçam sua concessão.

É, em síntese, o relatório.

2. DECISÃO MONOCRÁTICA

A apreciação pela Corte de Contas Estadual, dos atos de admissão de pessoal, de concessão de aposentadoria, reforma ou transferência para reserva remunerada, de concessão de pensão e de revisão de proventos, nos termos do art. 86, III, da Constituição Estadual c/c art. 2º, IV, da Lei Estadual nº. 5.888/09, constitui-se numa deliberação de natureza técnica com finalidade de analisar, no exercício da função fiscalizadora, a legalidade atos administrativos supracitados.

A análise do ato concessório da aposentadoria abrange a comprovação do direito do interessado, por meio do atendimento dos requisitos necessários, bem como a verificação da legalidade das parcelas componentes dos proventos concedidos.

A interessada demonstrou o implemento do requisito necessário à obtenção do benefício. Por esse motivo, tem o direito à aposentadoria por idade, a qual possui fundamento no art. 6º da EC nº. 41/03 c/c § 5º do art. 40 da CF/88.

Demonstrado o direito à aposentadoria, resta a análise das parcelas que compõem os proventos, que se acham constituídas dos valores inerentes à remuneração do cargo efetivo.

Conforme consta do Ato concessório - Portaria nº. 139/2017, expedida em dois de outubro de dois mil e dezessete, publicada no DOM nº. MMMCDXXXIX de dezoito de outubro de dois mil e dezessete, os proventos da aposentadoria correspondem R\$ 1.923,08 (um mil, novecentos e vinte e três reais e oito centavos) mensais, compostos pelas seguintes parcelas: a) Vencimento R\$ 1.602,57 (Lei Municipal nº. 157/98), b) Regência R\$ 320,51 (Lei Municipal nº. 157/98).

Tal composição obedece aos dispositivos legais que regem a matéria, mormente os diplomas supramencionados, inexistindo, dessa forma, erro nos cálculos efetuados.

Ante o exposto, Decido, nos termos do art. 23, da Lei Estadual nº. 5.888/09 c/c os arts. 197, II; 372, II e 373, § 1º, da Resolução TCE-PI nº. 13/11 (RI TCE-PI), e em consonância com o Parecer do Ministério Público de Contas, julgar legal e autorizar o registro do ato que concede Aposentadoria por Idade - Portaria nº. 139/2017 - no valor mensal de R\$ 1.923,08 (um mil, novecentos e vinte e três reais e oito centavos) mensais à Srª. Delma Duarte Paraguai Vogado, CPF nº. 275.998.763-91, matrícula nº. 217-1, ocupante do Cargo de Professora, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Redenção do Gurgueia.

Adote, a Secretaria da Segunda Câmara, as seguintes providências:

- ✓ Proceder à publicação da Decisão Monocrática;

- ✓ Aguardar prazo recursal;
- ✓ Encerrar a tramitação processual.

Tribunal de Contas do Estado do Piauí, Gabinete do Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo, em Teresina - PI, cinco de dezembro de dois mil e dezoito.

ASSINADO DIGITALMENTE

Conselheiro-Substituto Alisson F. de Araújo

Relator

Pautas de Julgamentos

**AVISO SECRETARIA DAS SESSÕES
ERRATA – PAUTA PLENÁRIA Nº 041/2018, DE 13/12/2018**

O Processo TC/002898/17, Representação contra a Secretaria de Segurança Pública, exercício de 2013, é de relatoria do Cons. Substituto Delano Câmara e não da Consª. Lílian Martins.

Secretaria das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 10/12/2018

www.tce.pi.gov.br/ouvidoria
E-mail: ouvidoria@tce.pi.gov.br
Telefone: (86) 3215-3985

SEJA UM CONTROLADOR SOCIAL
VOCÊ TAMBÉM PODE FISCALIZAR

#TCEFISCALIZA
#OUVIDORIATCE
#FIQUEDEOLHO

